



BAHIA

JUSTIÇA RECHAÇA TENTATIVA DE CRIAÇÃO DE SINDICATO COM FINS ELEITOREIROS E PATRONAIS NO EXTREMO SUL

NÃO PRECISAMOS DE SINDICATO **PELEGO**



Desenho: LATUFF

O Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Brasília proferiu Sentença no dia 09 de fevereiro passado julgando improcedente uma ação que tentava criar um sindicato de vigilantes do extremo sul.

A justiça considerou que a criação do tal sindicato foi irregular.

A tentativa de criar um sindicato de vigilantes em Teixeira de Freitas é um antigo anseio de um político velhaco, ex-bancário, que nunca foi

vigilante e que, alinhado com os patrões, sonha em usar a categoria para seus fins eleitoreiros e a venda dos nossos direitos e conquistas.

É a justiça barrando aventureiros e vendilhões das conquistas e direitos dos Vigilantes.

Só a unidade, participação e luta garante as nossas vitórias.

Estamos atentos.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

PRISMA E UNIVIG SÃO NOTIFICADAS POR ATRASOS DE SALÁRIOS



Vigilantes ainda não receberam o salário de fevereiro

As empresas Prisma Vigilância e Univig Vigilância Patrimonial estão sendo notificadas pelo Sindvigilantes do Sul porque ainda não pagaram os salários de fevereiro dos vigilantes e pagaram apenas a metade do salário de janeiro. Também estão devendo os valores de vale-alimentação e transporte de todos os seus funcionários.

O sindicato também recebeu a denúncia de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não está em dia e não é depositado há vários meses.

Segundo o documento elaborado pela assessoria jurídica, os fatos são graves e violam a CLT e a Constituição Federal, pois “a empresa está impondo que os trabalhadores compareçam ao trabalho mesmo sem o pagamento do salário em dia e sem o fornecimento do vale-alimentação e transporte, fazendo com que os obreiros tenham que arcar

com o custo de alimentação e deslocamento sem terem condições para isso”.

Nos ofícios, assinados pelo presidente Loreni Dias, o sindicato exige que as empresas paguem imediatamente a integralidade dos salários e dos vales e que comprovem ter a garantia de realizar os pagamentos das verbas rescisórias de seus empregados, nos postos onde seus contratos estejam sendo encerrados.

Após requerer comprovantes dos pagamentos e a relação completa dos trabalhadores, o sindicato adverte que se não forem tomadas as providências exigidas em 48 horas, será feita denúncia contra as empresas junto aos órgãos competentes, como o Ministério Público do Trabalho, além do ajuizamento de ação judicial para defesa dos direitos dos trabalhadores.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Auxílio emergencial piorado vai agravar crise econômica e social, aponta Dieese



Um ano depois do início da pandemia, sem qualquer sinal de controle do coronavírus e no meio da chamada segunda onda da covid-19, o governo decidiu piorar as condições do auxílio emergencial. Isso “se refletirá no agravamento da crise econômica e social”, alerta o Dieese, em análise sobre a volta do pagamento do auxílio, depois de quatro meses.

A medida será tomada em cenário de aumento “do desemprego, da informalidade, dos preços, particularmente dos alimentos, das contas públicas e do gás de cozinha”. O Dieese observa ainda que uma simples comparação entre o valor do benefício e o custo da cesta básica “revela o quanto o montante é insuficiente”.

Na primeira fase do programa, o auxílio foi fixado em R\$ 600. Valor, aponta o instituto, estipulado para pelo menos garantir algum nível de segurança alimentar à população. Quase 70 milhões de pessoas foram atingidas nesse período. Um ano atrás, a cesta básica na maioria das capitais pesquisadas estava acima de R\$ 500. Agora, custa mais de R\$ 600, enquanto o governo decidiu reduzir o benefício para R\$ 250.

Assim, com esse novo valor, o poder de compra de uma família composta por quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) se reduz consideravelmente. Nos cálculos feitos pelo Dieese, por exemplo, isso equivale a menos de meio bife por dia, menos de meio copo de leite, uma concha e meia de feijão e três colheres de arroz. Mais um tomate, meia batata e um pãozinho e meio. E uma banana. Confira o estudo.

Insegurança alimentar

“Como facilmente se conclui dos dados, o novo auxílio não terá a menor condição de garantir segurança alimentar”, observa o Dieese. “Por isso, pode-se considerar que este auxílio é de fome.”

No início, o auxílio beneficiou 68.490.307 pessoas, lembra o instituto. O desembolso foi de R\$ 294,2 bilhões. O Dieese cita dados do Dataprev para informar que 38,2 milhões dos beneficiários eram trabalhadores informais. E 19,2 milhões, do Programa Bolsa Família, além de 10,5 milhões vinculados ao Cadastro Único de programas sociais do governo.

Resultado de escolhas econômicas

“Outro número relevante é que o programa beneficiou cerca de 37,3 milhões de mulheres (55%). Desse total, quase um terço eram provedoras de família monoparental”, aponta o Dieese. “O grande número de pessoas que precisou desta proteção está diretamente ligado às escolhas econômicas e políticas dos últimos anos: baixo crescimento, forte desregulamentação dos direitos trabalhistas, redução dos serviços públicos e desestruturação do mercado de trabalho e de políticas de transferência de renda em nome de medidas neoliberais.”

Além disso, mesmo o auxílio de R\$ 600 só foi obtido, observa o instituto, com pressão social e da oposição no Congresso Nacional. O governo queria pagar apenas R\$ 200. Já nos quatro últimos meses de 2020, o valor caiu para R\$ 300. Agora, com a Medida Provisória (MP) 1.039, foi fixado o valor de R\$ 250, em quatro parcelas. Com a imposição de regras que reduzem a quantidade de pessoas que terão direito ao benefício.

Em nota técnica de 2020, o Dieese argumentou que “há uma diversidade de fontes que podem compor o financiamento das políticas de proteção à economia, à renda e ao trabalho e à vida”.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Banco da Amazônia lucra R\$ 265,6 milhões em 2020

Resultado representa queda de 3,6% em relação ao resultado de 2019



A O Lucro Líquido do Banco da Amazônia foi de R\$ 265,6 milhões em 2020, queda de 3,6% em relação ao resultado de 2019, quando o lucro do banco foi de R\$ 275,3 milhões. De acordo com o relatório do banco, “houve discreta redução no Resultado Operacional, impactado principalmente pela redução nas receitas com Títulos e Valores Mobiliários – TVM. No período destaca-se o crescimento no del credere do FNO e nas tarifas bancárias enquanto ocorreu queda nas despesas de captação, empréstimos e repasses e PCLD”.

Todavia, a análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que lucro líquido recorrente – que exclui eventos extraordinários – atingiu R\$ 531,1 milhões, com alta de 217,4%. A diferença em relação ao lucro contábil se deu, principalmente, em função da constituição de um reforço no provisionamento em caráter prudencial, com impactos tributários, em decorrência da perspectiva de cenário econômico pós pandemia, entre outros.

De acordo com seu relatório, apesar do bom resultado, o Banco da Amazônia encerrou o ano de 2020 com 2.896 empregados, tendo

sido fechados 69 postos de trabalho no ano. O banco contava ainda com 204 estagiários e 105 Jovens Aprendizizes, em dezembro de 2020. O número de agências foi reduzido em duas unidades, totalizando 118 agências e se mantiveram 2 (dois) postos de atendimento avançado na rede de atendimento do banco.

Os ativos do banco apresentaram alta de 1,6% em doze meses, totalizando R\$ 20,8 bilhões. O total de ativos do Fundo Constitucional do Norte – FNO são administrados pelo banco e totalizaram, ao final de 2020, R\$ 33,8 bilhões, com alta de 8,1%. O patrimônio líquido do banco, por sua vez, totalizou R\$ 2,4 bilhões, com alta de 9,9%. O patrimônio líquido do FNO somou R\$ 33,7 bilhões, com alta de 7,9%.

A Carteira de Crédito Comercial do banco totalizou R\$ 2,0 bilhões, com crescimento de 54,9% em doze meses, com destaque para o segmento de capital de giro às empresas e ao produtor rural. Os programas emergenciais de crédito lançados para Micro e Pequenas Empresas e para os Microempreendedores Individuais, em função da pandemia, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, com crescimento de 50% em relação ao ano de 2019, distribuídos em: R\$ 306,7 milhões do FNO Emergencial; R\$ 430,3 milhões FNO MPEI; R\$ 445,9 milhões do FGO Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte); R\$ 66,7 milhões do FGI PEAC (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito).

A Carteira de Crédito FNO totalizou R\$ 10,5 bilhões, com alta de 36,7% e distribuído em: R\$ 4,8 bilhões no segmento rural (45,7% do total) e R\$ 5,7 bilhões no segmento não rural

(54,3%). As taxas de inadimplência no âmbito do FNO caíram 78,8% (ou 2,05 p.p.), ficando em 0,55%, em função das medidas governamentais de prorrogação das dívidas dos segmentos impactados pela pandemia do covid-19. As despesas com créditos de liquidação duvidosa (PDD) do banco foram reduzidas em 53,7% no período, totalizando R\$ 118,7 milhões.

As medidas legais, tais como as Resoluções do Banco Central nº 4.798/2020 e 4.782/2020, para enfrentamento dos efeitos econômicos causados pela pandemia da COVID-19,

resultaram em significativa alta na carteira (comercial e de fomento) renegociada que totalizou R\$ 945,6 milhões, com alta de 166,8%.

As receitas de prestação de serviços somadas às rendas de tarifas bancárias totalizaram R\$ 819,5 milhões, com queda de 0,7% em doze meses. Já as despesas de pessoal cresceram 1,5% no período, totalizando R\$ 597,3 milhões. Assim, a cobertura das despesas de pessoal por essas receitas do banco ficou em 137,2%.

FONTE: CONTRAF

Governo vai atrasar calendário de abono salarial para renovar programa de redução de jornada da MP 936

Decisão foi tomada por conselho que administra do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nesta terça-feira



Fila de empregos no SINTTEL, na Tijuca Foto: Pablo Jacob Newsletters

O governo vai atrasar o calendário de pagamento do abono salarial para renovar o programa de redução salarial, previsto na medida provisória (MP) 936, que vigorou no ano passado.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

A decisão foi tomada, nesta terça-feira, em reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) convocada às pressas após o presidente Jair Bolsonaro vetar os planos da equipe econômica de alterar regras do seguro-desemprego para abrir espaço para a reedição da medida emergencial.

Mais cedo, técnicos da equipe econômica chegaram a informar que estava em estudo a edição de crédito extraordinário para financiar o programa, o que deixaria fora do teto de gastos a despesa com as contrapartidas pagas a trabalhadores afetados pelos cortes. Mas o presidente também não gostou a proposta.

FONTE: G1 - Geralda Doca

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF